



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Resolução 0170-CJ, de 10 de maio de 2018

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração nº 33837, em nome da empresa Viação Aragarina Ltda, conforme Processo nº 201800029001682.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás:

Considerando que a empresa apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Viação Aragarina Ltda, infringiu o inciso VI, art. 11, da Resolução 297/2007-CG, ao suprimir viagem, sem autorização da AGR, na linha Semi Urbano, Goiânia a Anápolis, foi autuada em 12/03/2018, no TRP/Anápolis, nos termos do Auto de Infração nº 33837;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 04/05/2018,
RESOLVE:

Art. 1º Manter o Auto de Infração nº 33837, em nome da empresa Viação Aragarina Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CÂMARA DE JULGAMENTO, em GOIANIA - GO, aos 10 dias do mês de maio de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **LUDMYLLA SATYUGA SOUSA ALVES FERREIRA, Coordenador (a)**, em 11/05/2018, às 08:28, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **2461777** e o código CRC **B1BFA33B**.



Referência: Processo nº 201800029001682



SEI 2461777